

cipal de Valongo, declarou a utilidade pública da expropriação, com carácter urgente, das parcelas de terreno a seguir referenciadas e identificadas na planta anexa:

Parcela SL4, com a área de 68 m², a desanexar do prédio rústico, propriedade de Maria Carminda Moutinho Paredes Oliveira Azevedo, inscrito na respectiva matriz predial da freguesia de Ermesinde sob o artigo 602-R e descrito na Conservatória do Registo Predial de Valongo sob o n.º 02686/300192;

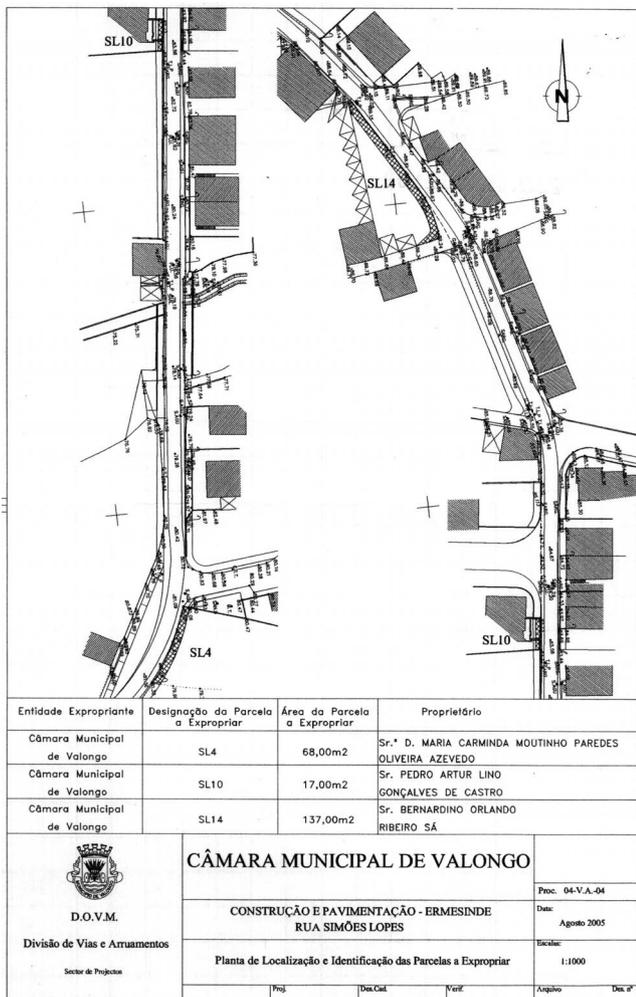
Parcela SL10, com a área de 17 m², a desanexar do prédio, propriedade de Pedro Artur Lino Gonçalves de Castro e de Maria Antónia Andrade Novais de Castro, descrito na matriz predial urbana da freguesia de Ermesinde sob o artigo 4546-U e descrito na Conservatória do Registo Predial de Valongo sob o n.º 04038/230596;

Parcela SL14, com a área de 137 m², a desanexar do prédio, propriedade de Bernardino Orlando Ribeiro Sá, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Ermesinde sob o artigo 1072-U e descrito na Conservatória do Registo Predial de Valongo sob o n.º 05299/20010502.

A expropriação destina-se à execução da obra construções e pavimentações — Ermesinde, Rua de Simões Lopes.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, no exercício das competências delegadas pelo Ministro de Estado e da Administração Interna pelo despacho n.º 10 489/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica (IT) n.º 131/DSJ, de 30 de Setembro de 2005, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.061.05, daquela Direcção-Geral.

24 de Novembro de 2005. — O Subdirector-Geral, *Domingos Pereira de Sousa*.



Instituto do Desporto de Portugal

Aviso (extracto) n.º 11 206/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Novembro de 2005 do vice-presidente da Direcção do Instituto do Desporto de Portugal, Dr. João Manuel Cravina Bibe:

Alice de Jesus Esgueira Pinho, telefonista do quadro de pessoal do ex-Centro de Estudos e Formação Desportiva — autorizada, a seu pedido, anulação de licença sem vencimento de longa duração nos termos do n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005. (Não carece de anotação ou fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2005. — O Vice-Presidente, *João Manuel Bibe*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna

Despacho n.º 25 255/2005 (2.ª série). — No uso das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 10 495/2005, de 11 de Maio, do Ministro de Estado e da Administração Interna, e nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, e do n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, para o cargo de chefe de divisão da Delegação de Viação de Portalegre a licenciada em Engenharia Paula Cristina Neto Guedes.

31 de Outubro de 2005. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Ascenso Luís Seixas Simões*.

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 25 256/2005 (2.ª série). — Foi publicitado na bolsa de emprego público e no jornal *Diário de Notícias* do dia 17 de Junho de 2005 o procedimento de selecção com vista ao provimento do cargo de chefe de divisão da Delegação de Viação de Santarém, da Direcção Regional de Viação Lisboa e Vale do Tejo, cuja área de actuação se encontra definida no artigo 17.º e na alínea b) do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro (aprova a lei orgânica da Direcção-Geral de Viação).

Após análise curricular, verificou-se que o candidato Luís Manuel Banza Alves, para além de possuir os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço, de acordo com os critérios definidos para o efeito e conforme o *curriculum vitae* anexo.

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhes foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado Luís Manuel Banza Alves, técnico superior de 1.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal não dirigente da Direcção-Geral de Viação, no cargo de chefe de divisão da Delegação de Viação de Santarém, da Direcção Regional de Viação de Lisboa e Vale do Tejo.

A nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho.

17 de Novembro de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

ANEXO

Curriculum vitae

1 — Dados biográficos:

Nome — Luís Manuel Banza Alves;
 Data de nascimento — 3 de Março de 1960;
 Naturalidade — Aljustrel;
 Estado civil — casado.

2 — Habilitações literárias — licenciado em Direito.

3 — Habilitações profissionais:

Foi admitido nos quadros do Ministério da Justiça, Direcção-Geral dos Serviços Judiciários, em 19 de Setembro de 1999, mediante concurso público externo. Exerceu funções em:

Tribunal Judicial da Comarca do Barreiro;
 DIAP — Departamento de Investigação e Acção Penal, em Lisboa;
 Tribunal Cível da Comarca de Lisboa;

Foi admitido nos quadros do Ministério da Administração Interna, Direcção-Geral de Viação, mediante concurso público interno, como técnico superior de carreira de jurista em 11 de Agosto de 1998. Percurso profissional na DGV:

- Em 11 de Agosto de 1998 foi colocado na Direcção Regional de Viação do Algarve, exercendo funções de jurista;
- Em 1 de Janeiro de 2000 foi nomeado chefe de divisão de Contra-Ordenações da Direcção Regional de Viação do Algarve, cargo que cercou até 24 de Maio de 2001, em regime de substituição;
- Em 4 de Março de 2002 foi transferido para a Delegação de Viação de Setúbal, exercendo funções de jurista;
- Em Junho de 2003 foi nomeado coordenador do Núcleo Técnico de Contra-Ordenações da Delegação de Viação de Setúbal;
- Em 18 de Novembro de 2005 foi nomeado chefe de divisão da Delegação de Viação de Santarém;
- Categoria actual — técnico superior de 1.ª classe da carreira de jurista, em regime de nomeação definitiva, nos quadros da Direcção-Geral de Viação.

4 — Outras habilitações:

- Estágio de oficial de justiça;
- Curso de formação inicial de formadores;
- Curso de boas práticas na gestão;
- Curso de avaliação de satisfação do utente;
- Curso de segurança e legislação rodoviária;
- Curso de contencioso administrativo;
- Curso de operador de registo de dados;
- Curso de Código do Procedimento Administrativo;
- Curso de Excell;
- Curso de Word fundamental;
- Curso de Internet/intranet;
- Curso de Outlook;
- Curso sobre o Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública — SIADAP;
- Curso sobre SIADAP — técnico de entrevista de avaliação e desempenho;
- Seminário sobre CAF — estrutura comum de avaliação das administrações públicas da União Europeia;
- Seminário de Alta Direcção — INA;
- Participação em seminário sobre segurança rodoviária nas localidades organizado pelo Ministério da Administração Interna em 19 de Maio de 1999;
- Participação no Congresso Nacional da Administração Pública, organizado pelo INA, em 3 e 4 de Novembro de 2005.

Governo Civil do Distrito de Lisboa

Aviso n.º 11 207/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que o projecto de lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso interno de ingresso para provimento de 12 lugares na categoria de assistente administrativo, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 71, de 12 de Abril de 2005, assim como a acta que define os critérios usados na classificação se encontram afixados nas instalações do Governo Civil do Distrito de Lisboa, podendo ser consultada a acta de aplicação em concreto a cada um dos candidatos na Secção Central.

2 — Nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, os candidatos poderão pronunciar-se, no prazo de 10 dias úteis a contar da presente publicação.

28 de Novembro de 2005. — A Presente do Júri, *Maria Beatriz Pires Monteiro Moreira*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 11 208/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mário Ufongue, natural de Có, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 4 de Fevereiro de 1959, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 209/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Paulo Tungue, natural de Fulacunda, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 24 de Maio de 1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 210/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rui Miguel Lopes Fernandes, natural de Lisboa, Portugal, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 30 de Junho de 1982, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 211/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Paulo Jorge Lidador Diogo Vigário, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 12 de Janeiro de 1972, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 212/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Joaquim Vicente Gomes, natural de Cacheu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 13 de Julho de 1977, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 213/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Setembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Filomena Monteiro Oliveira, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 30 de Setembro de 1964, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 214/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Setembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria de Fátima Semedo da Veiga, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 19 de Março de 1955, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 215/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Setembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Francisco Landim da Veiga, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 15 de Março de 1955, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas ine-